UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

ELZA ELISA PEREIRA DA SILVA

CEMITÉRIO DE ESCRAVIZADOS NO CAMPO DA PÓLVORA E AS PRÁTICAS FÚNEBRES NA SALVADOR OITOCENTISTA (1825-1836)

Salvador
2025

ELZA ELISA PEREIRA DA SILVA

CEMITÉRIO DE ESCRAVIZADOS NO CAMPO DA PÓLVORA E AS PRÁTICAS FÚNEBRES NA SALVADOR OITOCENTISTA (1825-1836)

Artigo apresentado ao Departamento de História da Universidade Católica do Salvador, para obtenção do grau de Especialista em História da Bahia.

Orientação: Profa. Mestra Giovanna Ferreira Nunes.

Salvador
2025

Agradecimentos

Inicialmente, agradeço à minha ancestralidade, aos Orixás que me iluminam, ao meu pai Exu, à minha mãe Yansã, a toda espiritualidade existente, aos encantados, à falange de Exus e Pombas Giras, que permitiram que eu encontrasse a minha vocação: historiar. Sempre me perguntei qual seria a minha missão durante a minha existência, se existia um sentido especial na vivência tão sofrida de uma mulher preta no país com maior índice de racismo e feminicídio da América Latina, e eles me levaram até meu objeto de pesquisa: o Cemitério do Campo da Pólvora. Serei eternamente grata. Meus pais, minha família, minha base: não existiria nada e nada seria possível sem vocês. Nerisivan Pereira da Silva, minha mãe. Rubens Hermenegildo da Silva, meu pai (in memoriam). Amo vocês até o infinito. Minha filha, Tailane Freitas, obrigada por tudo, por entender que a educação é o caminho — e um caminho árduo. Não é fácil para quem vem de onde viemos. Ao meu companheiro, Alex Sandro, obrigada, amor, por todo apoio. Não poderia deixar de agradecer aos meus amigos de pós-graduação: Albérico, Henrique, Júlia e Daiane, meus companheiros desde o início. Amo vocês. Aos meus professores, por todo empenho em repartir o conhecimento e germinar em nós o amor pela História. Em especial, agradeço a alguns amigos queridos: José Ricardo, Thiago Kairu e Beatriz Medrado. Vocês foram indispensáveis em todo o processo. Contem comigo sempre. E, finalizando, à Universidade Católica do Salvador, pelo empenho no início e na conclusão da turma da Especialização em História da Bahia. Asé.

CEMITÉRIO DE ESCRAVIZADOS NO CAMPO DA PÓLVORA E AS PRÁTICAS FÚNEBRES NA SALVADOR OITOCENTISTA (1825-1836)

Resumo

Este artigo propõe-se a analisar o Cemitério que por cerca de 200 anos teve a função de acomodar os sepultamentos de negros escravizados, indigentes, revoltosos e pessoas marginalizadas, localizado nas imediações do Campo da Pólvora, na cidade de Salvador – Bahia, com recorte temporal concentrado entre os anos de 1825 e 1840. A pesquisa busca compreender, a partir da História Social, as práticas e representações ligadas ao trato com o corpo negro no pós-morte, analisando a relação da sociedade oitocentista com os ritos fúnebres, as cerimônias de enterramento e a influência da posição social dos indivíduos na forma como eram sepultados. O estudo se fundamenta em revisão bibliográfica e análise de fontes primárias, como os livros de Banguê sob a guarda da Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Através dessas fontes, é possível evidenciar o papel central exercido por essa instituição no monopólio dos serviços funerários da cidade, sendo responsável por determinar os locais e modos de sepultamento, inclusive daqueles destinados às populações escravizadas. Examina-se como essa instituição intermediava o acesso a práticas funerárias dignas, especialmente no que tange ao sepultamento em igrejas, um privilégio geralmente negado aos corpos negros. Ao investigar essas dinâmicas, o trabalho contribui para a compreensão das hierarquias sociais e raciais que se estendiam mesmo após a morte, revelando um aspecto importante das sociabilidades e da cultura material e simbólica no Brasil escravista.

Palavras-chave:

Escravidão; Ritos Fúnebres; Santa Casa de Misericórdia;

Abstract

This article analyzes the cemetery that, for about 200 years, served as the burial site for enslaved Black people, indigents, rebels, and marginalized individuals, located near Campo da Pólvora in the city of Salvador, Bahia, with a temporal focus between 1825 and 1840. From the perspective of Social History, the research investigates practices and representations related to the treatment of the Black body after death, examining nineteenth-century society's relationship with funeral rites, burial ceremonies, and the influence of social status on modes of interment. The study is grounded in a literature review and the analysis of primary sources, such as the *Banguê* registers held by the Santa Casa de Misericórdia da Bahia. These sources highlight the central role of this institution in monopolizing the city's funeral services, determining burial sites and procedures, including those designated for enslaved populations. The article further explores how this institution mediated access to dignified funerary practices, especially regarding burials in churches—a privilege usually denied to Black bodies. By examining these dynamics, the research contributes to the understanding of social and racial hierarchies that persisted beyond death, shedding light on an important aspect of sociability and of material and symbolic culture in slaveholding Brazil.

Keywords:; slavery; funerary practices; Santa Casa de Misericórdia;

Introdução

Uma cidade em movimento, centenas de escravizados desembarcando no porto, o vai e vem dos carregadores de cadeiras de aruá, entre ladeiras, pretos nagôs, jejes, bantos, hauças, diálogos em línguas para muitos indecifráveis, calor, típico de uma cidade dos trópicos, senhores de escravos negociando quem ficaria na cidade e se tornaria escravo de ganho, quem partiria na próxima embarcação para o recôncavo a caminho dos engenhos, nesse cenário da Salvador enquanto província (MATOSSO, 1992) em pleno século XIX, afastado, distante do olhar atento da sociedade, consumindo corpos a dezenas, todos os dias, estava em pleno funcionamento o cemitério do Campo da Pólvora.

Os sepultamentos em Salvador, capital da província da Bahia, foi um tema que mobilizou a sociedade entre as décadas de 1820 e 1830, desde indivíduos com condições financeiras para garantir o enterro nos adros ou arredores das igrejas e capelas até senhores de escravizados que recorriam à Santa Casa de Misericórdia para solicitar o enterramento de cativos mortos em suas propriedades. Na obra *A morte é uma festa* (1991), João José Reis explica como a influência do catolicismo sobre a morte estava profundamente ligada aos costumes e às relações sociais entre os habitantes da cidade. O elevado índice de mortalidade era causado tanto pelas epidemias constantes quanto pelo intenso tráfico de escravizados.

> Muitos inquilinos do Campo da Pólvora eram negros novos que não sobreviviam à quarentena anterior ao desembarque dos tumbeiros; por exemplo, foram enterrados 113 africanos trazidos no navio *Alexandre*, de Domingos José de Almeida Lima e Antônio Ferreira Coelho (REIS, 1991, p. 197).

Nesse contexto, este trabalho busca introduzir uma análise das práticas funerárias destinadas à população escravizada e marginalizada entre os anos de 1825 e 1840, o recorte temporal foi estabelecido levando em consideração informações cruciais que norteiam esses estudos: os últimos anos de funcionamento do cemitério, anos esses que antecedem a *Cemiterada*, evento que marcaria o início das proibições dos enterramentos de cadáveres em igrejas e a inauguração definitiva do cemitério do Campo Santo, delimitando novos comportamentos acerca da morte e do morrer na cidade. Com foco no Cemitério do Campo da Pólvora, um espaço periférico da cidade que, embora fundamental, permanece invisibilizado na memória coletiva soteropolitana. A investigação apoia-se na análise de fontes primárias pertencentes ao acervo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, especialmente os chamados "livros de banguês", e em bibliografia especializada sobre escravidão, religiosidade e morte no

Brasil oitocentista, com destaque para autores como João José Reis e Hebe Mattos. No que diz respeito a geografia da cidade e seus aspectos sociais e econômicos, terá como apoio bibliográfico a obra de Kátia Mattoso, A Bahia, século XIX: uma província no Império e as Dez freguesias do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX de Anna Amelia Vieira Nascimento.

Parte-se da hipótese de que os rituais de sepultamento, mesmo realizados em condições precárias, constituíram práticas simbólicas de resistência, afirmando uma identidade historicamente negada aos sujeitos escravizados. Além disso, propõe-se refletir sobre o papel dos registros funerários na compreensão das relações de poder e exclusão social presentes nas instituições religiosas, como a própria Santa Casa, que mediava os ritos de morte na cidade.

A morte exercia um papel de delimitação social. Como o sepultamento estava associado à mentalidade católica, entre o século XVII até meados do século XIX, era comum o enterramento no interior das igrejas, pois a ideia de salvação estava diretamente ligada ao papel social do indivíduo e à tradição cristã sobre a finitude da vida. Ser sepultado dentro do templo era considerado condição essencial para a salvação da alma. No imaginário religioso católico da época, o sepultamento em solo sagrado representava estar sob a proteção da Igreja até o Juízo Final, conforme destaca Reis (1991). As cerimônias em torno do cadáver cessavam após o enterramento, exceto nos casos de transladação de ossos. Mas ter sepultura em território sagrado não era suficiente para alcançar o reino de Deus; era necessário pensar especificamente na alma (REIS, 1991, p. 203).

Ser enterrado fora da igreja evidenciava a posição social do indivíduo. O sepultamento no Cemitério do Campo da Pólvora assumia também um caráter punitivo-pedagógico: revoltosos, como os líderes da Revolta dos Malês, movimento liderado por negros, em sua maioria livres e muçulmanos, também eram sepultados nesse local.

> A Santa Casa instituiu o Cemitério do Campo da Pólvora para nele enterrar os cadáveres de indigentes e escravos. Os livros de registros de enterramentos de escravos, acervo histórico da Santa Casa, são importantes documentos do período da escravidão, possivelmente os únicos existentes no Brasil (COSTA, 2003, p. 47).

Na Salvador oitocentista, os indivíduos socialmente marginalizados: prostitutas, revoltosos, autores de pequenos furtos que porventura fossem sentenciados à morte, eram sepultados no Cemitério do Campo da Pólvora, situado na freguesia de Santana. Embora apresentasse predominância de moradias, essa freguesia localizava-se em uma zona periférica

da cidade, distante do centro onde concentravam o poder político e os rituais funerários dotados de legitimidade religiosa e prestígio social. Em 1738, a freguesia dita do Desterro tinha "mais de duzentos moradores", e eram citados os nomes de seus distritos, que atravessaram os séculos: Palma, Tingui, Pólvora, Jenipapeiro, Alvo, Caquende. (NASCIMENTO, 2007, p.141.)

A obra *As Dez freguesias da cidade de Salvador*, analisa a freguesia de Santana a partir de suas características socioeconômicas, transitando entre os séculos XVIII e XIX. Com a desativação do cemitério houve uma mudança na dinâmica na da freguesia, as chegadas de novos moradores, a quantidade de casas e as mais distintas profissões de seus moradores, em sua maioria comerciantes e artificies. Essas informações são importantes a partir da perspectiva do papel que o cemitério exercia na cidade, de afastamento das pessoas em ocuparem uma área urbana e de certa forma valorizada, próxima a fontes de aguas limpas, do Dique do Tororó que tinha grande valia para as lavadeiras, já que a cidade não possuía sistema de distribuição de aguas e saneamento, nessa região está erguida a matriz de Nossa Senhora de Santana, traços geográficos que permitiriam sua rápida ocupação, exceto pela existência do cemitério do Campo da Pólvora, segundo Russel Wood, consumia cadáveres aos milhares.

> Em 1847/48, em lista de qualificação eleitoral, vamos encontrar a freguesia de Santana habitada por artistas, artífices, negociantes, como também pelas pessoas das mais altas categorias da cidade, como, por exemplo, dois ex-Presidentes da Província: Honorato José de Barros Paim e o Visconde do Rio Vermelho, Manuel lnácio da Cunha e Meneses, na época com 62 anos, senador, casado, e seu grupo familiar em outras residências vizinhas. Entre esses, reconhecemos João Tomaz Navarro de Andrade, casado com d. Perpétua Gertrudes, filha do Visconde, e Francisco Marques de Araújo Góes, fidalgo, juiz de direito, casado com d. Constança Perpétua, também filha do mesmo Visconde. (NASCIMENTO, 2007, página 141.)

Essas informações possibilita uma reflexão mais ampla sobre o papel do cemitério, da morte, do morrer e de quem está sepultado naquele espaço, quais as dinâmicas que regem essas interações sociais.

Durante o século XIX Salvador contava com cerca de 60 mil habitantes, majoritariamente negros escravizados, cuja presença era determinante para a dinâmica urbana. Desde o porto, na cidade baixa, até os limites da cidade alta, essa população desempenhava funções essenciais à manutenção da vida cotidiana. Os africanos trazidos para Salvador não apenas supriam a força de trabalho, mas também atuaram como catalisadores da cultura local, imprimindo à cidade traços sociais, religiosos e simbólicos herdados de diversas regiões do continente africano.

> A cidade de Salvador, desde os primórdios de sua fundação, teve sua paisagem fortemente marcada pela presença do negro, a qual se perpetua atualmente. Essa presença negra se configura em vários espaços, por toda a cidade, desde seu centro à sua área periférica. Estes territórios negros vão se multiplicar em uma variedade de funções: moradia, trabalho, lazer, culto, etc. (RIBEIRO DA COSTA, p. 18)

Nos sepultamentos realizados no Campo da Pólvora, a Santa Casa de Misericórdia fornecia os chamados “banguês" uma espécie de mortalha destinada à acomodação dos corpos, que eram sepultados em covas rasas. Essas peças, embora simples, representavam um elemento material fundamental nos rituais fúnebres. Podiam ser adquiridas mediante pagamento pelos senhores de escravos ou, em alguns casos, oferecidas de forma gratuita como gesto de caridade, garantindo um mínimo de dignidade simbólica aos enterramentos de indivíduos marginalizados.

Em 1863, a Santa Casa de Misericórdia instituiu uma liteira funerária específica para o transporte de escravizados falecidos, também chamado “banguê”, cuja utilização implicava o pagamento de uma taxa pelos senhores responsáveis (Wood, 1981, p. 172). Essa prática evidencia as múltiplas dimensões econômicas e sociais que permeavam os ritos fúnebres dos cativos, demonstrando que as hierarquias e distinções sociais se prolongavam mesmo após a morte.

Este trabalho parte da análise do papel do Cemitério do Campo da Pólvora e dos registros dos livros de banguês como ferramentas para a preservação da memória dos indivíduos sepultados. A partir do exame desses documentos, sob a guarda da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, em diálogo com a bibliografia especializada, busca-se compreender as práticas funerárias destinadas à população escravizada e marginalizada, bem como suas implicações sociais e simbólicas no contexto da Salvador oitocentista.

Cemitérios em disputa: poder religioso, higienismo e a morte dos marginalizados

A inauguração do Cemitério do Campo Santo, em 1836, representou um marco nas transformações urbanas e sanitárias de Salvador. Seu principal objetivo era pôr fim à prática dos sepultamentos dentro das igrejas, tradição herdada do catolicismo. Essa mudança foi impulsionada pelas ideias higienistas originadas da Europa, que ganharam força ao longo do século XIX e alcançaram a província da Bahia por meio das rotas marítimas e das intervenções promovidas pelo Estado Imperial.

No Rio de Janeiro, o processo de urbanização já havia sido iniciado ainda em 1808, logo após a chegada da família real, que demandava melhorias na infraestrutura urbana compatíveis com os padrões de uma "cidade civilizada". Esse mesmo impulso reformista alcançou Salvador nas décadas seguintes, provocando transformações significativas no ordenamento da cidade.

Com a criação do Campo Santo, os cemitérios começaram a ser ressignificados como espaços de devoção e memória coletiva, deslocando para fora das igrejas a função simbólica antes monopolizada por elas. No entanto, a implantação do novo modelo funerário encontrou forte resistência entre a população de Salvador. Pouco tempo após sua inauguração, o Cemitério do Campo Santo foi destruído pela população, em um gesto de temor e da rejeição à ideia de não ser enterrado dentro das igrejas. A recusa popular em aceitar os novos espaços funerários revela o impacto simbólico da separação entre morte e Igreja. Era impensável, para muitos, não repousar próximo a Deus no descanso eterno. O episódio, conhecido como cemiterada, evidencia o embate entre o poder civil, promotor de reformas sanitárias e urbanas, e o poder religioso, que até então detinha o monopólio dos ritos da morte.

> As restrições aos enterros já se faziam sentir antes mesmo da lei de 1828. Encontramos, por exemplo, um eco local do decreto imperial de 1825. No ano seguinte no despacho em que confirmava o novo compromisso da Irmandade das Portas abertas do Carmo, o governo imperial negaria "o uso do sepultamento dentro do templo". Isto claro não seria respeitado. (REIS, 1991, página 279)

Nesse contexto, o Cemitério do Campo da Pólvora não era reconhecido pela Igreja oficialmente como espaço legítimo de sepultamento. Tal negação impedia que os indivíduos ali enterrados – majoritariamente negros escravizados – fossem incluídos no universo de proteção espiritual conferido pelos ritos eclesiásticos. Ao não reconhecer a legitimidade daquele espaço, a Igreja preservava a exclusividade de seus domínios consagrados, ao mesmo tempo em que reforçava as fronteiras da exclusão social e religiosa.

Como aponta Costa (2003), o Cemitério do Campo da Pólvora "ocupava uma pequena área murada" com 16 braças de frente por 24,5 de fundo – cerca de 1.896,28 metros quadrados. A análise da documentação revela que, com o aumento da população e o consequente aumento da mortalidade urbana, o cemitério passou a ser percebido também como um foco de insalubridade, o que contribuiu para o seu estigma enquanto espaço de esquecimento.

Há indícios de que o Campo da Pólvora tenha começado a ser utilizado ainda no século XVII, possivelmente durante a invasão holandesa, o que reforça seu caráter marginal e sua

desqualificação simbólica desde sua origem. A escolha desse espaço para o sepultamento de negros e indigentes evidencia um projeto social de exclusão que se estendia da vida à morte, negando a esses indivíduos qualquer forma de reconhecimento público ou religioso.

Ao longo de sua história, o Campo da Pólvora ficou também conhecido como Campo dos Mártires, por ter sido o local de execuções de líderes de diversas revoltas ocorridas em Salvador, fossem elas de caráter abolicionista ou separatista. Esses levantes, frequentemente sufocados com extrema violência, evidenciam a centralidade do cemitério como espaço de punição e apagamento dos dissidentes, como destaca Reis (2003).

A materialidade do esquecimento: escravizados, banguês e o Campo da Pólvora

Além de cumprir uma função social marginalizada, o Cemitério do Campo da Pólvora também representava uma importante fonte de receita para a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. O monopólio da morte pertencia a instituição desde a sua chegada na colônia juntamente com o governo geral, com a finalidade de representar a igreja católica e seus domínios no novo mundo.

Instituição católica de caráter filantrópico e eclesiástico, a Santa Casa destacava-se por administrar um cemitério destinado majoritariamente a indivíduos considerados não cristãos – uma prática rara para o período, dado o monopólio religioso sobre os rituais da morte.

> Não se tem informação precisa sobre como e quando a Santa Casa passou a ser proprietária do terreno onde estabeleceu o cemitério. Sabe-se, entretanto, que o cemitério é muito antigo. Existe no arquivo histórico da Santa Casa um acervo de 31 livros de registros de enterros ocorridos no período de 1685 a 1853, sem indicar o local exato de sepultamento de muitos indigentes que morriam no Hospital da Caridade da Santa Casa, e muitos cadáveres de escravos foram enterrados no Cemitério do Campo da Pólvora, como registram as anotações existentes naquele arquivo histórico (COSTA, 2023, p. 44).

Recentemente, uma investigação conduzida pelo Centro de Memória da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, revelou um documento particularmente relevante: trata-se de um "Termo de Resolução", datado de 1749, que descreve a abertura de um inquérito interno para apurar um suposto desvio de recursos por parte do capelão do Banguê, padre João Manoel de Barros Soto Maior. O documento fornece detalhes sobre os registros de sepultamentos e evidencia preocupações com a arrecadação das chamadas "esmolas dos escravos", utilizadas para custear os enterros.

> Estando em Mesa Redonda o Irmão Provedor, o Capitão André Marques, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, comigo Escrivão e mais Irmãos Consultores da Mesa, foi proposto pelo dito Irmão Provedor que por justas causas, que a moveram a indagar a forma da arrecadação e cobrança que se fazia das esmolas dos escravos que se enterravam, achara ter princiado (sic) o Padre Capelão do Banguê João Manoel de Barros Soto Maior a fazer o assento dos Escravos, que se enterravam no esquife dele em 14 de julho de 1741, e pelos assentos que se acham feitos nos livros até 31 de dezembro de 1743, que são dois anos, cinco meses e dezessete dias, se mostra ter enterrado mil trezentos e sessenta e nove Escravos (Capelão do Banguê (1749), L.15, F.22V).

Além da suspeita de desvio de recursos, o documento aponta outras informações significativas: as mortalhas (ou banguês) utilizadas nos sepultamentos, eram financiadas por meio de doações ou esmolas, recolhidas e administradas por agentes da Santa Casa. Tal prática sugere a existência se uma estrutura organizada voltada para a arrecadação de fundos para garantir um mínimo de dignidade aos ritos de passagens de indivíduos marginalizados desprovidos de amparo.

Outro trecho do mesmo documento chama a atenção pelo modo como a instituição se referia aos escravizados sepultados no Cemitério do Campo da Pólvora. A linguagem empregada carrega traços da visão religiosa e social da época, ao mesmo tempo em que aponta a tensão entre filantropia cristã e a racionalidade administrativa.

> O zelo de enterrar-se pelo amor de Deus os Escravos que fossem de pobres, ainda que não tivessem com que satisfazer os 400 réis à Casa, (se não) deve regular por resolução nem lei, que mandasse estabelecer a dita quantia, mas sim pela representação que se lhe tinha feito do (pouco) com que a Casa ficava para suprir as despesas que a Casa fazia e também por outro incidente que sobre este particular houve os párocos pelo estímulo que lhe resultou de se tirar as freguesias da (sua jurisdição?) (Capelão do Banguê (1749), L.15, F.22V).

O interesse com que se conduziam os enterramentos de escravizados pobres, ainda que em condições precárias, expressa a dualidade de uma instituição que, ao mesmo tempo que acolhia, também impunha limites morais e financeiros à inclusão dos corpos negros em seus rituais.

Nesse sentido, o interesse da Santa Casa por esses sepultamentos pode ser compreendido à luz de um paradoxo: dentro da lógica cristã vigente, os escravizados eram frequentemente desumanizados, tidos como seres sem alma. Contudo, o ato de sepultá-los – mesmo em mortalhas – representava, para certos agentes, uma forma de inserção mínima desses sujeitos na ordem espiritual, como se o ritual funerário conferisse a eles alguma humanidade após a morte.

Não se pretendeu aqui realizar uma análise aprofundada do “Termo de Resolução”, uma vez que sua complexidade exige confronto com outras fontes e contexto mais amplos. Ainda assim, sua existência evidencia o papel do Cemitério do Campo da Pólvora não apenas como espaço de descarte social, mas também como arena simbólica, onde as práticas de exclusão, caridade e administração se entrecruzavam.

Considerações finais

As informações sobre o Cemitério do Campo da Pólvora e sobre os sepultamentos de negros escravizados, indigentes e revoltosos naquele espaço – muitas vezes não reconhecido oficialmente como cemitério – ainda são fragmentada e carecem de pesquisas mais aprofundadas. Embora a Santa Casa de Misericórdia da Bahia tenha organizado minimamente esses enterramentos por meio de registros administrativos e financeiros, como os livros do banguê, a documentação apresenta lacunas significativas quanto à individualização e visibilidade desses sujeitos históricos.

Ser enterrado fora da igreja, sobretudo na primeira metade do século XIX em Salvador, era um indicativo claro de exclusão social, moral e religiosa. Essa prática representava a ruptura do vínculo entre o indivíduo e a comunidade cristã, carregando consigo um forte peso simbólico. Com o avanço das reformas sanitárias e urbanas promovidas pelo Estado Imperial, tais valores começaram a ser lentamente reconfigurados, embora a resistência cultural à separação entre morte e igreja tenha persistido por muitas décadas.

Tradicionalmente, os cemitérios funcionam como espaços de preservação de memória, com lápides que registram nomes, datas e, por vezes, inscrições evocativas. No caso dos sepultados no Campo da Pólvora, no entanto, essa função foi anulada. Os sepultamentos ocorriam em covas rasas, sem qualquer forma de identificação material – nem os nomes africanos de origem, nem os nomes cristãos atribuídos pelos senhores figuravam nas sepulturas. A única menção a esses indivíduos aparece nos livros de banguês, onde seus nomes figuram como parte da receita contábil gerada para a Santa Casa de Misericórdia.

A partir da análise dessas fontes e da bibliografia especializada, este trabalho buscou evidenciar como os registros funerários e o espaço do Campo da Pólvora revelam camadas profundas de exclusão social e simbólica. Ao mesmo tempo, demonstrou-se que, mesmo diante das limitações materiais, os rituais fúnebres constituíam práticas simbólicas de resistência, permitindo algum grau de reconhecimento da humanidade dos que ali jaziam.

O principal avanço proporcionado por esta investigação está na sistematização de um recorte ainda pouco explorado pela historiografia, ao propor uma leitura crítica da materialidade da morte e da memória dos escravizados na cidade de Salvador. Recuperar os nomes, os dados e os contextos de morte desses indivíduos — ainda que por meio de fontes administrativas — representa uma forma de reverter, ainda que parcialmente, o apagamento histórico a que foram submetidos.

A documentação relacionada ao Cemitério do Campo da Pólvora evidencia uma fissura na memória social brasileira, ao tornar visível a presença contínua da população negra nos espaços urbanos, inclusive nos destinados à morte. Nesse sentido, o resgate desses registros se apresenta não apenas como exercício acadêmico, mas como ato de memória e de reparação histórica.

REFERÊNCIAS

CAPELÃO DE BANGUE. **Termo de resolução, 1749, Livro 15, Folha 22V**. Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador, BA.

DA COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro**. Espaços negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX.** Caderno CRH, Salvador, Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18842. Acesso em: 21/09/2025.

COSTA, Paulo Segundo da Costa. **Campo Santo: Resumo histórico**. Salvador: Contexto e Arte Editorial LTDA, 2003.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; SILVA JR., Carlos da (orgs.). **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos**. Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RUSSELL-WOOD, A. J. R.; DUARTE, Sérgio. **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1500-1755.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA. **Livro de tombamento dos bens e imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, n. 241**, 1865. Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador, BA.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA. **Livro do Banguê, vol. 27**, 5 ago. 1838. Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador, BA.

WOOD, A. J. R. (Presumido autor da citação) **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1500-1755.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

MATOSSO, Kátia de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império. Rio de Janeiro**: Nova Fronteira, 1992.

MATTOS, Hebe Maria Mattos de Castro. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico. Coleção Descobrindo o Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. **Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX.** Salvador: EDUFBA, 1.ª ed., 2007.